



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

ABUSO SEXUAL SILENCIADO: A ocorrência com crianças surdas
SILENCED SEXUAL ABUSE: The occurrence involving deaf children

Thamyres de Souza Castro

Eixo Temático: EIXO 5- Gênero, sexualidades e violência doméstica

Introdução

O abuso sexual infantojuvenil é uma grave violação dos direitos humanos que, em muitos casos, se perpetua em silêncio, sobretudo quando a vítima é surda. A condição de surdez impõe barreiras comunicacionais e sociais que agravam a invisibilidade da violência e dificultam a denúncia. Este estudo tem como objetivo analisar como a surdez contribui para o silenciamento de crianças vítimas de abuso sexual, compreendendo os desafios enfrentados por essas vítimas na expressão da violência sofrida e no acesso aos serviços de proteção. A escolha do tema de estudo foi motivada por casos atendidos ou presenciados pela autora onde foram identificadas situações concretas de violência sexual silenciada. A relevância da pesquisa se dá tanto pela escassez de estudos acadêmicos sobre o tema quanto pela urgência de refletir sobre os impactos da surdez na violação de direitos e na atuação do Serviço Social.

Desenvolvimento

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, análise documental, observação participante e estudo de casos. O trabalho parte da compreensão de que o abuso sexual infantil é, em si, uma violência marcada pelo silêncio, sendo, em sua maioria, praticado por pessoas do convívio familiar. No caso de crianças surdas, o silenciamento se intensifica por fatores como: a falta de domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por familiares e profissionais, o descrédito social sobre a fala da criança e a ausência de políticas públicas específicas. O trabalho discute a surdez sob duas óticas: como deficiência e como identidade linguística e cultural. Essa distinção é fundamental para compreender a forma como a



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

sociedade enxerga e trata a criança surda, muitas vezes reduzida à ideia de incapacidade e, portanto, mais vulnerável à opressão. A ausência de acessibilidade nos serviços públicos, a negligência institucional e a falta de formação dos profissionais da rede de proteção tornam a denúncia e o enfrentamento da violência ainda mais difíceis. Durante atendimentos, foram acompanhados relatos de crianças e adolescentes surdos que foram vítimas de abuso sexual. Muitos desses casos permaneceram ocultos por anos, até que sinais comportamentais, como desenhos, brincadeiras ou mudanças bruscas de humor, despertaram a atenção de profissionais. Em diversos casos, as vítimas não sabiam que estavam sendo abusadas, justamente por não compreenderem o que estavam vivendo ou por associarem o ato ao afeto, especialmente quando o agressor era alguém próximo. O estudo evidencia que a surdez, aliada a outros marcadores sociais como gênero, classe e deficiência, cria uma camada de vulnerabilidade múltipla. A criança surda é silenciada não apenas pela ausência de voz, mas pela falta de escuta ativa e acessível nas instituições que deveriam protegê-la. A atuação do assistente social, neste contexto, exige preparo técnico, sensibilidade ética e compromisso com a construção de estratégias de enfrentamento interdisciplinares e inclusivas.

Considerações Finais

Conclui-se que o abuso sexual contra crianças surdas é uma realidade marcada por invisibilidade, silenciamento e desproteção. A pesquisa aponta a necessidade urgente de políticas públicas específicas, formação de profissionais para o atendimento acessível e fortalecimento da rede de proteção. O Serviço Social tem papel central nesse enfrentamento, atuando na escuta qualificada, na articulação intersetorial e na defesa dos direitos das infâncias diversas. Romper o silêncio que recai sobre as crianças surdas vítimas de abuso é um desafio ético, político e profissional que exige o compromisso da sociedade, do Estado e dos trabalhadores do SUAS, da saúde e da educação.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 7ª edição. São Paulo, 2015.

BELLENZANI, Renata; MALFITANO, A. P. S. Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: : um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. **Saúde e Sociedade** , São Paulo, v. 15, n. 3, p. 115-130, dez./2006.

BISOL, Cláudia and SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.07-13. ISSN 0102-3772.

CHILDHOOD BRASIL (2014) - ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: Aspectos teóricos e metodológicos

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 139-144, mai./2015.

MASCARENHAS, L. T. **Deficiência e surdez em análise: desafios do “estar com”**. In MASCARENHAS, L. T. Encontros Entre Surdos e Ouvintes na Escola Regular – Desafiando Fronteiras, Rio de Janeiro: EdUFF, 2016.

GOFFMAN, Erving. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1891.

LIMA, Clinaura Maria de. Infância Ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. 1ª edição. Curitiba, 2009.

MELLO, A.G. Especificidades da Violência contra pessoas com deficiência auditiva. Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência- Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http:// violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto6.pdf](http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto6.pdf)>. Acesso em: 4 de outubro de 2019.

SOUTO, Rafaella Queiroga et al. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS: PERFIL DA VÍTIMA E DO AGRESSOR. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2012. ISSN 2176-9133. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/26377/17570>>. Acesso em: 17 mai. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v17i1.26377>.